

IMPACTOS DAS NOVAS REPRESENTAÇÕES DE QUALIDADE ALIMENTAR SOBRE AS DINÂMICAS TERRITORIAIS E A CAFEICULTURA FAMILIAR DO SUL DE MINAS GERAIS.

Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹

Miguel Ângelo da Silveira²

RESUMO

Fundado sobre um estudo das relações entre dinâmicas territoriais, agricultura e sociedade, este artigo apresenta uma experiência em torno da cafeicultura familiar sul mineira, em meio a diferentes modelos em concorrência referentes a concepções dos sistemas agroalimentares.

Nos últimos anos, a cafeicultura apresentou uma revalorização graças à construção de diversos projetos e oportunidades, especialmente orientados para o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção da alimentação de qualidade e a preservação ambiental. No sul de Minas Gerais, estas circunstâncias permitem a emergência de iniciativas promissoras para a constituição de referências alternativas de qualidade frente ao modelo agroalimentar dominante no Brasil, no qual o papel da agricultura se resume à produção abundante de *commodities* indiferenciadas.

Palavras-chave: Cafeicultura familiar, comércio justo, multifuncionalidade da agricultura, qualidade alimentar, dinâmicas territoriais e agricultura orgânica.

1 Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia e do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP); Avenida Pádua Dias, 11; 13418-900 Piracicaba/SP; pmarques@esalq.usp.br

2 Pesquisador Doutor da Embrapa Meio Ambiente; Rodovia SP 340 - Km 127,5; 13820-000. Jaguariúna, SP; miguel@cnpma.embrapa.br

ABSTRACT

Based on a study about the relationship among the territorial dynamics, agriculture and society, this article presents the results of a research that deals with family coffee growers in the South of the state of Minas Gerais (known as "South of Minas"). In the last few years, the coffee agriculture knew a re-evaluation due to the development of many projects and opportunities, mainly oriented to the improvement of the family agriculture, the promotion of the food quality as well as the environmental preservation. In the South of Minas Gerais, this circumstance allows the emergence of promising initiatives for the constitution of alternative references against the dominant agro food system in Brazil, in which the agriculture role is limited to the abundant production of commodities.

Keywords : Family coffee agriculture, fair trade, agriculture multifunctionality, food quality, territorial dynamics and organic agriculture.

1. INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura brasileira se orientou por diretrizes quase exclusivamente fundadas em uma perspectiva de aumento de produção e produtividade, sem modificar a concentração fundiária (MOREIRA, 1999). Neste quadro, o poder crescente da indústria alimentar e, cada vez mais, da grande distribuição de alimentos, que lhes permite uma imposição de seus critérios de qualidade (associados às suas marcas comerciais) fornece elementos para desenhar as grandes linhas de um modelo agroalimentar no qual a agricultura constitui uma atividade subordinada. Apesar da abundância de produção alimentar a baixo preço, esta submissão da agricultura tem conseqüências consideráveis para a representação sobre a qualidade alimentar, o equilíbrio ambiental, o ordenamento territorial, a preservação do patrimônio e a coesão do tecido social rural (LACOMBE, 2002). As contestações contra estes efeitos incitam a elaboração de alternativas com vistas a fornecer outros parâmetros para a gestão dos sistemas agroalimentares.

Nesta perspectiva, tendências recentes que se dispersam pouco a pouco mundo afora no que diz respeito ao repensar os estilos de vida favorecem outro olhar para a atividade agrícola, notadamente orientadas por preocupações em torno da qualidade alimentar, as especificidades territoriais e os impactos sociais e ambientais das formas de produzir. Em termos de políticas públicas, a emergência da categoria território no debate brasileiro, na medida em que permite uma resignificação do desenvolvimento, favorece igualmente a construção de perspectivas e estratégias visando valorizar a agricultura em suas dimensões sociais, ambientais e culturais (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009).

A valorização das especificidades territoriais reforça a idéia de que os agricultores familiares devem ser protagonistas de iniciativas visando impulsionar os aspectos qualitativos do desenvolvimento, em uma ótica na qual a eficácia econômica deve se implantar considerando a conservação da biodiversidade, a qualidade alimentar, o equilíbrio territorial e a coesão social. Convém também mencionar que a elaboração deste texto se inspirou nas idéias desenvolvidas no livro *L'agriculture à la recherche de ses futurs* (LACOMBE, 2002), cujo título sugere que o momento atual requer escolhas fundamentais.

Enfim, esta reflexão desenvolve idéias para a interpretação dos desafios em torno da cafeicultura brasileira, contribuindo com a pesquisa sobre os temas da multifuncionalidade da agricultura familiar e o desenvolvimento territorial no Brasil³. Assim, nosso trabalho se inscreve nos projetos de cooperação entre diversas equipes de pesquisadores, com importantes obras de referência (CARNEIRO e MALUF, 2003; CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009).

2. A CAFEICULTURA SEGUNDO DOIS MODELOS DE QUALIDADE

A pesquisa nacional mencionada acima visa obter um quadro vasto de representações dos atores locais sobre a agricultura, o território, o desenvolvimento e o meio-ambiente. Em nosso estudo de um caso mineiro (no entorno de Machado), o critério principal para a escolha de nossos

3 A respeito, a equipe de pesquisadores reunidos no grupo "Multifuncionalidade da agricultura e território" já desenvolveu projetos apoiados pelo CNPq e concluiu recentemente o projeto "Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil, financiado pelo NEAD, ao qual este artigo se vincula.

interlocutores foi o engajamento em atividades relacionadas à cafeicultura. Em agosto de 2006, foram identificados os projetos coletivos mais importantes a fim de examinar suas repercussões sobre as dinâmicas territoriais, considerando aspectos demográficos, sociais, econômicos, ambientais, históricos e culturais. No quadro dos marcos conceituais da pesquisa, os projetos coletivos constituem alianças e engajamentos dos atores sociais e institucionais em torno de compartilhamento de recursos e objetivos. Estes últimos são considerados como meios e perspectivas de intervenção sobre o território. A propósito, este quadro de referência permite também analisar as dinâmicas territoriais induzidas pelas ações das empresas privadas, mas sem as considerar, no entanto, enquanto projeto coletivo. Nesta abordagem, as dinâmicas territoriais são tomadas em conta a partir, sobretudo, do tipo de lógica que as orienta, associadas a quatro grupos de vetores: projetos coletivos, iniciativas das empresas privadas, ações fragmentadas e políticas públicas.

O território em estudo corresponde a três municípios da região sul de Minas Gerais: Poço Fundo, Machado e Campestre. O primeiro foi considerado estrategicamente como ponto de partida para a coleta de dados. Poço Fundo situa-se a 395 km de Belo Horizonte, 455 km do Rio de Janeiro, 275 km de São Paulo e 1.110 km de Brasília. Com uma extensão de 475 km², o município apresenta um clima tropical/temperado, com uma temperatura média de 20°C e uma altitude máxima de 1.435 m. Cidade típica do sul de Minas Gerais, Poço Fundo possui atrativos para os adeptos de um turismo rural ou verde. Pertencente ao município de Machado até 1923, Poço Fundo contava, em 2000, com uma população de 15.148 habitantes, dos quais 44,5% vivendo no meio rural (IBGE, 2007). Segundo os dados das elaborações do convênio FAO/INCRA (INCRA, 2008), há 1.698 unidades agrícolas em Poço Fundo, das quais 1.461 podem ser consideradas familiares (ou seja, 86%). Nestes estabelecimentos, prevalece uma produção vigorosa de café graças à multiplicação das técnicas produtivas e modalidades de comercialização, notadamente pela adesão de uma parte destes agricultores às normas da agricultura orgânica e do comércio justo.

Este modelo de agricultura se inscreve no quadro da produção cafeeira, muito propagada na região sul de Minas Gerais. Ela corresponde a 53% da produção mineira de café, a maior do Brasil (representando 58% do total). Convém destacar que a cafeicultura brasileira é, em grande medida, considerada

familiar (75% das unidades), cerca de 60% deste universo tendo uma área agrícola de menos de cinco hectares (BRASIL, 2006). Produzindo 25% do café no país, estes estabelecimentos familiares ocupam, aproximadamente, 1,8 milhões de pessoas por ano, sendo mais predispostos à conversão à agricultura orgânica (COELHO, 2005).

Reforçando as escolhas da pesquisa, o Sul de Minas apresenta uma diversidade de produtos agrícolas e um rico patrimônio alimentar (SILVEIRA e MORUZZI MARQUES, 2009). Convém ressaltar ainda que, na região, cerca de 500.000 habitantes, entre 2 milhões, se encontram em meio rural. Este conjunto de características foi estimado como fecundo para fornecer elementos pertinentes de análise referentes às representações sobre a agricultura, o meio rural e as dinâmicas territoriais.

As idéias desenvolvidas ao longo desse texto permitem evidenciar diferentes perspectivas que fundam os discursos, as práticas e os projetos dos atores considerados em nosso estudo. Nesta linha de raciocínio, tentou-se identificar os pressupostos que orientam as dinâmicas territoriais em suas múltiplas dimensões. Todavia, nossa intenção consiste, sobretudo, em sublinhar, no quadro de concorrências entre concepções e modelos, os eixos e desafios em torno do projeto coletivo fundado sobre os princípios da agricultura orgânica e do comércio justo. Esta escolha se justifica na medida em que se trata de iniciativa inédita visando sustentar a agricultura familiar. Desta maneira, este artigo propõe levantar elementos de resposta aos seguintes problemas: em quais circunstâncias o projeto coletivo orgânico fundado em princípios do comércio justo se desenvolve, como as idéias acerca deste projeto se propagam na região e em que medida este projeto difunde uma redefinição da representação do território em questão?

2.1. Dinâmica produtivista e industrial em torno do café

A competitividade do setor agrícola constitui um objetivo recorrente dos discursos em favor do agronegócio brasileiro. Nesta perspectiva competitiva, a liberalização econômica em escala internacional é defendida a fim de permitir que a regulação da agricultura seja exclusivamente realizada por mecanismos de oferta e demanda⁴. Assim, os defensores da eliminação

4 A propósito, as reflexões de Karl Polany (2000) com vistas a uma desmistificação da idéia de uma autoregulação dos mercados nos parecem muito oportunas.

progressiva das barreiras ao livre comércio esperam a multiplicação das exportações agrícolas, justificada pelos benefícios aos consumidores em termos de redução dos preços alimentares. Com efeito, são as grandes indústrias alimentares e as redes de hipermercados que se consolidam enquanto atores-chaves para a definição das regras do jogo, tendo um vasto terreno para impor sua concepção de qualidade alimentar. Nesta lógica, seus potentes meios de comunicação publicitária atribuem às suas marcas comerciais referências de qualidade praticamente exclusivas para as escolhas dos consumidores.

Apesar de um grande leque de produtos, estas empresas se interessam por uma matéria-prima uniforme e controlável. A eficácia técnica da cadeia de transformação depende de uma diferenciação tardia dos produtos. Neste sistema, a matéria-prima agrícola deve ser de pouco valor e muito adaptada à produção industrial. Assim, o papel da agricultura se resume à oferta abundante e constante de produtos homogêneos e baratos. Segundo essa concepção, a procedência e a forma de produção não constituem critérios pertinentes para a definição da qualidade. Dessa forma, o consumidor se orienta em suas escolhas pelas marcas comerciais dos gigantes do sistema agroalimentar. A propósito, a análise de Wilkinson (2002) permite aprofundar uma reflexão sobre as estratégias destas grandes empresas, notadamente diante das críticas que lhes são endereçadas.

No caso do café, estas lógicas (que negligenciam as formas e as relações de produção enquanto critério de qualidade) associam-se àquelas em torno de muitos produtos indiferenciados, cujo lugar nos mercados se funda sobre preços baixos e sobre a reputação das marcas comerciais das empresas alimentares, aqui especificamente de torrefação e solubilização. As tendências de consumo do café nos países importadores mostram uma crescente busca por outros modelos, o fenômeno de atribuição de selos socioambientais aos produtos evidenciando a procura de outras referências de qualidade.

Nos municípios considerados por nossa pesquisa, a submissão da cafeicultura às lógicas industriais apresentadas acima se justifica por uma idéia de “comodidade”. Um agente de comercialização de café em Poço Fundo descreve sua atividade como um tipo de banco popular. O cafeicultor típico da região não tem conta bancária, confiando sua produção aos agentes locais que servem de intermediários. Quando o agricultor necessita meios de pagamento,

solicita ao escritório local de comercialização de café que lhe forneça dinheiro vivo imediatamente. A fim de orientar este pagamento, o agente realiza uma seleção prévia dos cafés, pouco transparente aos olhos do cafeicultor. Este sistema não encoraja a introdução de melhoras na produção.

A maior cooperativa de Poço Fundo (contando, em 2007, com cerca de 600 cooperados), a Coopfundo, opera com vistas a vender o café com bom preço. No entanto, sua lógica se inscreve profundamente no quadro de submissão aos preceitos assinalados acima de qualidade.

De toda maneira, as condições confortáveis de vida da maioria dos cafeicultores familiares de Poço Fundo fornecem, ao menos em princípio, argumentos em favor da estruturação convencional da cadeia de café. O agente comercial interrogado insiste sobre a idéia de que, desde os anos 90, os cafeicultores de Poço Fundo conhecem uma melhora considerável de nível de vida em razão de uma boa remuneração do café. Porém, esta melhora é relativizada pelo grupo de agricultores engajados no projeto produtivo orgânico fundado nos princípios do comércio justo, como será examinado a seguir.

2.2. Dinâmica incitada pela produção orgânica fundada sobre os princípios do comércio justo

No quadro de nossa pesquisa, o projeto coletivo em torno da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam) permite caracterizar uma iniciativa cujos objetivos de promover a qualidade alimentar, de preservar o meio-ambiente e de reforçar o tecido social rural contribuem à propagação de uma nova representação territorial. De fato, a emergência desta experiência favorece uma outra leitura dos problemas agrários e rurais. Trata-se de uma perspectiva de reorientação do desenvolvimento rural, considerando, em primeiro plano, fatores sociais, culturais e naturais. Este tipo de abordagem favorece a valorização das particularidades do território.

Do ponto de vista da economia do território, Pecqueur (2001) concebe este último como lugar de construção de recursos específicos, condição vista como essencial para a invenção de bens diferenciados. Assim, o autor defende a idéia segundo a qual a vida e a cultura de um território constituem o fermento potencial do desenvolvimento, mobilizado pelo dinamismo

das iniciativas coletivas. Nesta perspectiva, a fermentação em torno das especificações territoriais constitui um trunfo que deve ser considerado pela análise dos processos sociais. Conforme este procedimento, a intenção analítica consiste em examinar os recursos singulares, indissociáveis da memória social acumulada e da aquisição de conhecimentos coletivos em cada território. Nessa abordagem, pode-se conceber que esta unidade espacial, enquanto realidade humana, dispõe de recursos materiais e imateriais específicos, frutos de uma história local particular (PECQUEUR, 2001).

Enquanto referência nacional muito conhecida, no que diz respeito à oferta de café orgânico proveniente do comércio justo (SILVEIRA et al., 2006), o projeto em torno da Coopfam se inscreve no quadro das inovações da cafeicultura brasileira, podendo ser apresentado como pioneiro sob vários aspectos. Ele responde a certas tendências em torno das novas representações de qualidade, notadamente agroalimentares. Forjadas no debate sobre o desenvolvimento sustentável, estas representações associam qualidade de vida à preservação dos sistemas naturais, à alimentação saudável e à coesão social. Nessa ótica, a agricultura e o espaço rural podem ser vistos como esferas que devem se reorientar a fim de oferecer meios apropriados para o florescimento deste estilo de vida, o que favorece o reconhecimento da agricultura familiar como forma de produção capaz de responder a um vasto leque de expectativas ambientais, sociais e culturais (LACERDA e MORUZZI MARQUES, 2008).

Fruto de uma reflexão iniciada nos anos 1980, a Coopfam é claramente marcada pela ação social de jovens agricultores católicos ligados à teologia da libertação no seio da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵. Segundo o presidente atual da cooperativa, a constatação da degradação das condições de vida dos agricultores, da acentuação do êxodo rural e do desaparecimento do apego à terra incitou os jovens de Poço Fundo a resistir e a recusar estes fenômenos enquanto uma fatalidade. Assim, eles se engajaram nos projetos de construção de alternativas visando revalorizar a atividade agrícola familiar.

Convém mencionar ainda que Poço Fundo recebeu muitos migrantes italianos e portugueses, bem como brasileiros vindos de outras regiões (entre eles, descendentes de escravos), que ocuparam as terras acidentadas e montanhosas da região. O depoimento de nosso interlocutor revela que

5 Sobre as transformações na América Latina das relações entre religião, política e sociedade, a interpretação de Michel Löwy (2000) constitui uma referência das mais fecundas.

estes agricultores viveram com relativo conforto até o período de grandes transformações provocadas pela modernização da agricultura brasileira, sobretudo nos anos 1970. Apesar das terras do município serem desfavoráveis à mecanização, pouco interessando grandes proprietários rurais, as novas dinâmicas agrícolas debilitaram as estratégias de reprodução das unidades familiares até então adotadas. É nestas circunstâncias que se desenvolve a idéia de reconversão à agricultura orgânica, abrindo outros campos de oportunidades para a cafeicultura familiar de Poço Fundo.

Em 1991, um grupo destes agricultores fundou uma associação de pequenos produtores. Mais tarde, eles se engajaram no modelo de agricultura orgânica, solicitando a certificação da Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo (AAO). Com vistas a um reconhecimento internacional, o grupo então obteve o certificado orgânico do grupo alemão BCS ÖKO Garantie (Bio Control System, Eco Garantia). Por fim, a associação obteve a certificação de conformidade ao comércio justo, outorgada pela Fair Trade Labeling Organisation (FLO), que corresponde ao mais importante organismo de certificação internacional no campo do comércio justo e solidário, por considerar uma série de exigências ambientais e sociais⁶. De acordo com Pedini (2005), a experiência de produção e comercialização sob o selo comércio justo e solidário rompe com a dependência da cafeicultura familiar em relação à cadeia tradicional, cujas lógicas são muito pouco favoráveis aos agricultores familiares.

No ano de 2002, as primeiras cargas de café orgânico sob o selo do comércio justo foram exportadas de Poço Fundo, o que abriu o caminho para a consolidação deste tipo de escoamento. Gradualmente, a associação investiu na aquisição de equipamentos e na instalação de estruturas visando sua inserção crescente no mundo do comércio orgânico, justo e solidário. Nesse processo, a fundação de uma cooperativa foi considerada crucial, resultando, em novembro de 2003, na criação da Coopfam. Nesta época, ela contava com

6 Entre elas, pode-se mencionar: 1. Fixação de preços mínimos e acordos de longo prazo a fim de reduzir os riscos dos pequenos agricultores diante das flutuações de mercado; 2. Remuneração acima do preço de mercado; 3. Incitação a uma maior aproximação entre produtores e consumidores; 4. Oferta de financiamento antecipado da produção; 5. Ampla divulgação de informações para os atores implicados no sistema; 6. Apoio aos pequenos produtores com vistas a favorecer o acesso aos mercados.

20 filiados, porém o seu crescimento foi rápido⁷. Em 2004, os cooperados já somavam 196, dos quais 130 praticavam agricultura orgânica em áreas agrícolas variando entre 3 e 7 hectares.

O objetivo atual da Coopfam consiste em responder às exigências de qualidade do sistema *fair trade*/orgânico, adotando notadamente as práticas agroambientais que se consolidam progressivamente em torno das normas do comércio justo. Em grandes linhas, é oportuno apresentar aqui as práticas produtivas dos agricultores ligados à cooperativa. Simultaneamente à agricultura orgânica, há a produção convencional sem utilização de agrotóxico (tipo SAT), resultando na proibição dos pesticidas químicos sintéticos nos dois tipos de agricultura praticados entre os cooperados

O principal adubo utilizado na agricultura orgânica é a torta de mamona, adquirida pela Coopfam graças às negociações favoráveis junto aos fornecedores. Ademais, os agricultores compram outros insumos permitidos pelos sistemas orgânicos e SAT no comércio local, bem como equipamentos e maquinário agrícola.

Cultivadas conforme as exigências técnicas da agricultura orgânica, as mudas de café são oriundas de fornecedores autorizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que são cooperados especializados da Coopfam e a Escola Agrotécnica Federal de Machado (EAFM), localizada a poucos quilômetros de Poço Fundo. A plantação do café é realizada pelo agricultor e sua família, que podem receber, eventualmente, o apoio de vizinhos e, muito freqüentemente, de parentes. No caso do plantio de muitas mudas, os agricultores podem recrutar trabalhadores sazonais.

Por outro lado, a preparação do solo, o cultivo, a colheita e a secagem são efetuadas por membros da família. Terminando mais cedo suas colheitas, os cafeicultores com menores áreas ajudam os vizinhos neste período de grande necessidade de força de trabalho. Na região, a secagem tem geralmente lugar em terreiro (normalmente, cimentado): a colheita ocorre em sua maior parte no inverno, estação que, no local, é seca, o que favorece esta prática. O café verde permanece no terreiro cerca de duas semanas, sendo necessária sua movimentação constante com vistas a assegurar uma secagem uniforme.

Após estas operações e o ensacamento, o café é estocado nas

7 Desde então, os recursos da Coopfam são destinados a projetos sociais para as famílias dos cooperados e para a comunidade local. A educação das crianças é vista como prioridade.

dependências da Coopfam que o comercializa graças a acordos negociados previamente com os importadores. A cooperativa favorece igualmente o financiamento da produção, antecipando aos agricultores até 50% do resultado esperado das vendas. No início de 2008, a Coopfam implantou um projeto de exportação direta de café, o que lhe assegura mais autonomia. Convém precisar que seu produto se dirige, sobretudo, para a Itália, Japão e Estados Unidos.

Dispersas pelos municípios de Poço Fundo (principalmente), Natércia, Andradas e Campestre, as unidades de produção agrícolas ligadas à Coopfam podem ser consideradas como sementes do processo de construção de uma representação territorial. Em primeiro lugar, a cooperativa encoraja seus filiados a se reagruparem nas comunidades rurais enquanto núcleos da organização. Estas unidades organizativas propagam a perspectiva orgânica associada à idéia segundo a qual a agricultura e o meio rural devem constituir a base de um tecido social equilibrado e em harmonia com a natureza. Estes coletivos permitem uma articulação mais estreita entre a direção e a base da cooperativa, cujos membros são freqüentemente convidados a participar da tomada de decisão. Esta estruturação favorece a difusão de valores e concepções em torno da produção orgânica e da sustentabilidade.

Em segundo lugar, a idéia de uma maior relação com o local é muitas vezes mencionada pelos dirigentes da cooperativa. Se o café, por um lado, é destinado, em grande medida, à exportação, a produção orgânica de banana, hortaliças, mel e rapadura, por outro lado, permite à Coopfam abastecer os mercados locais. Particularmente, a inserção da cooperativa no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) permite o acesso de seus produtos às escolas públicas locais⁸. Ademais, a incorporação da etapa de torrefação pela cooperativa, apesar de não corresponder à demanda dos importadores de café, é considerada como necessária pelos dirigentes da Coopfam com vistas à integração ao mercado brasileiro de comércio justo e solidário, em vias de constituição.

A respeito, a Coopfam obteve recentemente recursos no ordem de aproximadamente R\$ 340 mil, junto ao Banco do Brasil, para a implantação

⁸ O PAA foi concebido com o objetivo de favorecer a aquisição de alimentos pelo governo federal diretamente dos agricultores considerados familiares. Estes alimentos são destinados às instituições públicas locais.

do projeto “Industrialização do café: uma alternativa para agregar valor ao produto da agricultura familiar do Sul de Minas”, que prevê a construção de uma unidade de torrefação. Além de gerar cerca de 50 empregos diretos e indiretos, tal projeto visa permitir à Coopfam assumir outras etapas do processo de produção e comercialização. Nesta perspectiva, a próxima etapa dos investimentos da cooperativa consiste em lançar sua própria marca de café, notadamente voltada ao mercado nacional.

Em terceiro lugar, a idéia de promover a agricultura orgânica consolida um grupo de parceiros em torno da cooperativa, reforçando um olhar sobre o território a partir do ponto de vista de seu projeto social e ambiental. Entre os parceiros, pode-se destacar a organização não governamental “Centro de Assessoria Sapucaí” (no início), o departamento de assistência técnica e extensão rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (ATER/SAF/MDA) e a Escola Agrotécnica Federal de Machado. A propósito, alguns professores desta escola favorecem o intercâmbio e o contato entre Coopfam, as certificadoras e outros atores implicados na agricultura orgânica e no comércio justo e solidário. Efetivamente, as estratégias adotadas até o presente fornecem um reconhecimento social notável à Coopfam, o que favorece a constituição destas alianças e a obtenção de apoios.

Seguindo a experiência da Coopfam, pode-se notar a emergência de projetos concorrentes no campo do comércio justo, como é o caso da recém criada Cooperativa de Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo e Região (Coocaminas). Fundada com 20 cooperados, a Coocaminas se propõe a responder aos critérios elementares para poder se integrar à cadeia do comércio justo, não se tratando de um engajamento em agricultura orgânica. Segundo um representante desta cooperativa, alguns membros da Coocaminas são “dissidentes” da Coopfam, considerando que os modelos simultâneos, orgânico e comércio justo, oferecem pouca margem de manobra para a produção agrícola. Seja como for, é evidente que Coocaminas nasceu, em grande medida, sob a inspiração do projeto Coopfam.

É neste cenário que se pode identificar uma tentativa de conciliação da produção agrícola com o reforço da agricultura familiar, associada com a observação das vocações ecológicas e de aspectos culturais do entorno territorial. A mobilização em torno destas iniciativas confere uma consistência considerável ao projeto, permitindo conceber a idéia segundo a qual as

especificidades territoriais estão pouco a pouco sendo reconhecidas e valorizadas.

Deste ponto de vista, longe de contribuir à homogeneização da paisagem agrária regional, o projeto em questão se orienta conforme uma lógica territorial na medida em que tende a favorecer a emergência das especificidades locais. Este projeto, portanto, se apoia sobre uma concepção de qualidade que repousa, em grande medida, sobre uma perspectiva que permite assegurar a perenidade de certos traços típicos da agricultura familiar, cuja consolidação favoreceria a preservação do meio-ambiente e do patrimônio cultural. Este conjunto de idéias permite conceber que os impactos deste projeto desembocam no reconhecimento de uma originalidade territorial.

De toda maneira, a representação sobre qualidade alimentar mencionada acima se associa a uma série de idéias forjadas essencialmente em torno da noção de desenvolvimento sustentável, cuja repercussão nas escolhas individuais avança em proporções não negligenciáveis. Nestas circunstâncias, a agricultura se situa no centro do debate sobre a qualidade dos alimentos, mas também sobre o equilíbrio social, a preservação dos recursos naturais e o zelo com as paisagens. Desta ótica, as iniciativas em torno da Coopfam contribuem profundamente com este debate, ao tornar visível e reconhecido um projeto coletivo marcado pela crítica aguda ao modelo agroalimentar convencional, ainda amplamente dominante no Brasil.

3. CONCLUSÃO

As concepções sobre qualidade de vida forjadas no debate sobre a sustentabilidade social e ambiental oferecem elementos pertinentes de crítica, encorajando mudanças dos consumidores relativas às escolhas de produtos e serviços, repercutindo de maneira visível sobre o sistema agroalimentar. Trata-se da adoção de uma postura favorável à gestão sustentável deste sistema que consiste, em grandes linhas, a reforçar a agricultura familiar, respeitar a natureza, assegurar a qualidade alimentar e permitir uma dinamização territorial.

Este estudo destaca uma experiência em torno da cafeicultura familiar brasileira que fornece respostas às novas demandas e expectativas no que diz respeito à qualidade dos produtos alimentares. Efetivamente, estas dinâmicas se distanciam do modelo produtivista e industrial de concepção da agricultura.

Portanto, a pesquisa desenvolvida no Sul de Minas mostra que o projeto coletivo orgânico fundado nos princípios do comércio justo e solidário edifica — a partir de iniciativas ousadas com vistas a ativar dinamismos econômicos, sociais, políticos e ambientais — referências inéditas para as escolhas locais, com reflexo na representação sobre os papéis da agricultura e do território. Nestas circunstâncias, as dinâmicas territoriais tendem a se alimentarem de um reconhecimento das especificidades locais, notadamente aqui associada a uma agricultura familiar capaz de forjar um vigoroso projeto para sua revalorização. Trata-se de afirmar que ela responde, eficazmente, por novas demandas e expectativas da sociedade.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em: 15.set.2007.

CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 301 p.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio (Org.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230 p.

COELHO, F. M. G. O café num outro retrato do Brasil rural: o lugar da agricultura familiar. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 26, p. 9-16, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07.mar.2007.

INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Disponível em: <http://200.252.80.30/sade/>. Acesso em: 25.nov.2008.

LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina. **Ruris**, Campinas, v.2, 2008.

LACOMBE, Philippe. **L'agriculture à la recherche de sés futurs**. Paris: Éditions de l'Aube et Datar, 2002.

LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 198 p.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; SILVEIRA, Miguel Angelo; CARON, Dalcio. Qualidade e diferenciação em torno do café: modelos em concorrência. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 5., 2007, Águas de Lindóia-SP.

PECQUER, Bernard. Qualité et developpement territorial: l'hypothèse Du panier de niens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, Paris, n. 261, p. 37-49, 2002.

PEDINI, Sérgio. Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 26, p. 118-124, 2005.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. São Paulo: Campus, 2000.

SILVEIRA, Miguel Angelo da; et al. Análise da multifuncionalidade e desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar no sul de Minas Gerais. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito – Equador.

SILVEIRA, Miguel Angelo da; MARQUES, Paulo Eduardo M. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no sul de Minas Gerais. In: CAZELLA, Ademir Antonio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 301 p.

WILKINSON, John. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters à montante. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 147-174, 2002.